

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Bezerra Jr. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Célia Leão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Beth Sahaão. (Pausa.)

Srs. Deputados, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar. Tem a palavra o nobre Deputado Samuel Moreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlião Pignatari. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Gianazzi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini.

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, está acontecendo uma coisa desagradável no Ceagesp, aqui em São Paulo.

No Ceagesp são comercializados, todos os dias, 10 mil toneladas de produtos frescos, in natura. É o terceiro maior entreposto do mundo. Mas ele está sucateado, está abandonado, muito mal administrado pelo seu presidente atual. Pensávamos que não poderia ficar pior, mas o presidente, Sr. Mário Maurício de Lima Moraes, está conseguindo. O Ceagesp envolve 1.480 municípios de 23 Estados brasileiros e vários países, com uma circulação interna de 10 mil veículos de todos os portes, 500 mil pessoas, 1.200 empresas permissionárias, carregadores.

Além de não administrar bem, quer cobrar um pedágio dentro do Ceagesp. É incrível. Para um caminhão poder entrar e estacionar, para levar seus produtos, vai ser necessário pagar um pedágio, e isso tudo vai refletir na mercadoria. Hoje o pessoal do Ceagesp, às sete horas e 30 minutos, parou as ruas da região, num movimento pacífico, porque o presidente não quer receber os permissionários; ele é o dono da verdade. Ele quer que o pedágio seja cobrado, ou seja, vai aumentar ainda mais os custos. Ao invés de melhorar as condições do Ceagesp, ele quer aumentar.

Recebi todas as comunicações possíveis, os protestos das pessoas que lá estão. Eles querem trabalhar e ter melhores condições. As condições são péssimas, eu estive lá. E o presidente quer piorar ainda mais.

Quero me solidarizar com o pessoal que trabalha no Ceagesp:

- Sr. Fernando Ferreira - Presidente do Conepe - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura;

- Sr. José Ciaglia - Presidente do Sindicato dos Armadores de pesca do Est. SP;

- Sr. Tsuneo Okida - Presidente da Federação dos Pescadores do Est. SP;

- Sr. Roberto Imai - Presidente da Indústria de pesca do Estado de São Paulo;

- Sr. Giro Yamada - Pres. dos Com. Atacadistas de pescados do Estado de SP;

- Sr. José Pereira de Souza (Trovão) - Comércio dos atacadistas de pescados do Est. SP;

- Sr. Heiji Tamada - Diretor da Itiban pescados;

- Sr. Ismael Coelho - Armador de pesca (Miami pescados)

- Sr. Wagner Camis - Ass. Bras. dos Criadores de Organismos Aquáticos - Abracoa;

- Sr. Daniel de Luca - Frigorífico Jahu Ltda.;

- Sr. Eduardo Haiek – APESP (Presidente)

- Sr. Robson Coringa – SINCAESP (Presidente)

- Sr. José Pinheiro – SINDICAR (Presidente)

- Sr. Marco Antônio Febrizzi - Sindicato da Indústria da Pesca do Est. SP;

- Sr. Edivando Soares de Araújo - Presidente da Colônia de pescadores de Barra Bonita;

- Sr. Carlos Alberto de Souza - Armador de pesca;

- Sr. José Gilsemar da Silva - Itiban pescados;”

Todos eles serão prejudicados com o pedágio que o presidente quer cobrar. Eles pararam o Ceagesp, porque querem trabalhar melhor.

Nas madrugadas, o pessoal vai comprar aqueles atuns de dois metros, tudo aquilo tem que ser facilitado. Nos 46 anos de existência do Ceagesp, nunca uma direção anterior pretendeu tal absurdo, um modelo inadequado, tentando transferir recursos do setor produtivo, mais de 150 milhões, para o explorador de tarifa, que onera a produção agrícola da economia popular.

Quero protestar e me associar a todos aqueles que estão lá no Ceagesp, porque o absurdo que o atual presidente do Ceagesp está fazendo vai onerar o povo.

Portanto, lá no Ceagesp está acontecendo uma barbaridade e uma vergonha. Nós, daqui desta tribuna, estamos nos solidarizando com todos os permissionários do Ceagesp. São mais de 1.200, e o presidente quer inflacionar ainda mais. Além de todos os impostos que eles pagam, com o aluguel caríssimo de um box daqueles, agora, mais um pedágio, para onerar mais ainda o povo.

O Ceagesp pode ser um modelo, mas eles querem piorar ainda mais a situação daquele sucateado centro.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Ulysses Tassinari.

O SR. ULYSSES TASSINARI - PV - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, funcionários, quero comentar hoje um fato que acontece em todas as cidades do interior, principalmente nas cidades menores, a grande dificuldade que as prefeituras têm encontrado para contratar médicos.

Apesar de não estarem pagando mal, médicos dificilmente vão para o interior. Temos que tomar certas medidas para promover a interiorização do médico.

Acho uma injustiça social muito grande um médico, formado por escola pública - USP, Unesp, Unicamp, Famema, Famerp - não retribuírem esse grande investimento público, não proporcionarem um retorno social para a população.

Tenho um projeto que está tramitando para que todos os formandos em escola pública prestem um estágio compulsório remunerado, com 40 horas semanais, durante um ano. Isso seria uma condição “sine qua non”: sem o estágio, não receberiam o registro definitivo no CRM.

O Estado de São Paulo, o mais rico da Federação, com as maiores escolas, onde se formam mais médicos, tem praticamente 29% de todos os médicos do País. Mas o que acontece: a Grande São Paulo concentra 57% dos médicos do Estado. O meu projeto é para que os formandos prestem serviço em municípios com menos de 100 mil habitantes, o que representa 570 municípios beneficiados.

Praticamente, entre 500 e 600 formandos estão nas escolas públicas. Esses médicos seriam colocados à disposição das prefeituras, para que se pudesse dar um atendimento melhor à população.

Apesar desse grande número de médicos, convivemos no Estado de São Paulo com situações de Primeiro Mundo e com situações de Terceiro Mundo. Nas várias Diretorias Regionais de Saúde (DRS), existe uma desproporção muito grande. A Organização Mundial da Saúde preconiza que haja, pelo menos, um médico para cada mil habitantes. Na DRS de São Paulo, há 2,88 médicos; na DRS de Ribeirão Preto, 3,17 médicos; na DRS de Campinas, 2,45 médicos. São índices dos Estados Unidos e da França. Enquanto isso, na DRS de Registro, há 0,77 médicos. É índice da África do Sul, da Índia.

Essas desigualdades precisam ser corrigidas. Naturalmente, o meu projeto não tem a ambição de resolver toda a problemática da interiorização dos médicos. Outras coisas estão envolvidas, como a melhoria dos salários, o plano de cargos e carreiras, a criação de melhores condições para o profissional no interior. Acredito que estaremos corrigindo uma injustiça social, o investimento público é muito grande. Além disso, esses médicos são os mais bem formados. Sendo mais bem formados, vão se projetar no mercado de trabalho, vão trabalhar em clínica particular ou conveniada. Quase ninguém vai trabalhar no SUS. Portanto, o dinheiro público está sendo investido para formar médicos para a elite.

É isso que o meu projeto quer corrigir; quer ver se ameniza pelo menos essa grande dificuldade que estão tendo os prefeitos para contratar médicos.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público que nos acompanha nas galerias, ouvi atentamente o Deputado Ulysses Tassinari, que falou da problemática da área da Saúde no tocante aos médicos nas prefeituras do interior.

Está marcado um Ato Unificado do Dia Mundial da Saúde, no dia 10 de abril, às 10 horas, na Praça da Sé. Quem convida é o Movimento Unificado da Saúde: “O SUS é nosso, ninguém tira da gente. Direito garantido, não se troca e não se vende. Realização - entidades e movimentos sociais e populares, usuários e trabalhadores.” Está aí o convite porque, realmente, a área da Saúde no Estado de São Paulo precisa melhorar.

Ontem, foi o Dia Mundial do Teatro e do Circo. Gostaria de deixar um registro em homenagem a esses artistas, muitas vezes, anônimos, que nos fazem sorrir.

Aproveito a data para parabenizar esses profissionais que atuam de diversas maneiras em nosso Estado, e, na sua grande maioria, principalmente os circenses, sem o apoio necessário. Artistas, profissionais que nos trazem momentos de alegria, magia e descontração nas arenas e nos palcos.

Nesta oportunidade, quero homenagear um grupo musical brasileiro formado em 2003, na Cidade de Osasco, “O Teatro Mágico”, um projeto que reúne elementos do circo, do teatro, da poesia, da música, da literatura, da política e do cançãoeiro popular, tornando possível a junção de diferentes segmentos artísticos numa mesma apresentação.

Desejo muito sucesso para todos.

Gostaria também de fazer um registro. Quem sabe, a Justiça está dando um passo à frente: “Executivos viram réus do caso do Metrô. Juiz abre processo criminal contra 14 representantes de empresas acusadas de fraudar licitações da Linha 5, Lilás. Empreiteiras negam a combinação de preços oferecidos ao Governo paulista durante a concorrência pública.”

Está aí o metrô da Linha 5; teve o da linha Amarela; tem um pedido de CPI da Bancada do PT. Trata-se daquela acusação que saiu na “Folha de S.Paulo”, dizendo que era carta marcada. Houve a publicação e o registro em cartório. Os juízes estão condenando.

Outro problema: “Cidade tem queda de árvore, alagamento e pane no metrô. Falha elétrica deixou trens mais lentos na Linha Vermelha. E a estação mais movimentada da Cidade de São Paulo, Barra Funda, teve que fechar catracas para evitar lotação. Na região central, semáforos apagaram.”

Aqui, na Assembleia Legislativa, também tivemos um apagão. A Eletropaulo precisa tomar providências! Não é possível que continue assim! Algumas cidades - sei de Osasco - também ficaram sem energia elétrica. A Eletropaulo não me parece preparada para fornecer energia elétrica no nosso Estado. Mais uma vez, cobramos a Eletropaulo e o Secretário de Energia para que tomem as providências necessárias. Ameaçou chover, apaga a luz! O Estado de São Paulo está com problema de apagão, e a Eletropaulo precisa tomar providências, inclusive o secretário de Energia, para que a cidade e o Estado não sofram tanto. Além dos apagões, os relâmpagos queimam aparelhos elétricos. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PPS - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, mais uma vez a Neonatologia da Santa Casa de Mogi das Cruzes começa a sofrer aumento na internação de crianças de auto risco. A informação que temos é que a Secretaria da Saúde fez um corte nas Organizações Sociais - hospitais - que atendem na região, como o Hospital Luzia de Pinho Melo, a Santa Marcelina. Com isso, os casos seguem para Mogi das Cruzes, superlotando a UTI Neonatal, com uma média de 16 a 20 partos por dia.

Deputado Jooji Hato, V. Exa. conhece bem o pronto-socorro e sabe que uma hora terá outra contaminação dentro da Santa Casa. Queremos então saber a verdade da Secretaria da Saúde, se existiu ou não esse corte nessas hospitais, Luzia de Pinho Melo de Mogi das Cruzes, uma Organização Social, e na Santa Casa de Suzano e de Mogi das Cruzes. Com isso, temos tido um aumento grande de pacientes de risco que chegam a nossa região. A Vigilância Sanitária foi acionada, inclusive a Promotória Pública, mas não sabemos se a Secretaria fez ou não o corte. A nota da Secretaria diz que não, mas o temos informação de que o Hospital de Itaquaquecetuba não recebe gestantes de risco, crianças de risco; que o Pronto-Socorro do Hospital Santa Marcelina de Itaquera fechou; q o Hospital de Ferraz de Vasconcelos, do Estado, diminuiu o seu movimento. E os pacientes estão aí sem poder realizar cirurgia, indo atrás do Hospital Luzia de Pinho Melo ou da Santa Casa de Mogi das Cruzes.

Queremos fazer um alerta, pois poderemos ter novamente infecção hospitalar dentro da Neonatologia da Santa Casa de Mogi das Cruzes. O que era antes tudo organizado, com a diminuição dessas verbas voltou a acumular casos para Mogi das Cruzes.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Parabéns a V. Exa., Deputado Luiz Carlos Gondim, que tem uma preocupação muito grande com as Santas Casas. Neste instante, temos a Frente Parlamentar conversando com o Ministro Padilha sobre as Santas Casas em Brasília.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu acabo de chegar da Praça João Mendes onde está sendo realizada uma Assembleia Geral de Servidores do Judiciário de todo o Estado de São Paulo. A partir desta Assembleia Geral, ficou estabelecida uma pauta unificada com 41 itens para serem acolhidos, logicamente pelo Tribunal de Justiça. E para que isso aconteça é necessária a suplementação de recursos do Executivo, que cortou 50% do Orçamento do Judiciário no ano, e da Assembleia Legislativa que aprovou este Orçamento.

Passo a ler a pauta unificada da Assembleia Geral: “Pauta unificada para a assembleia de 28 de março, às 14 horas na praça

João Mendes - SP - Capital

1. Índice da perda inflacionária acumulada -10,27%

2. Da fixação de um cronograma de pagamento das verbas indenizadas

Um dos grandes problemas que afligem uma grande parcela dos funcionários é quanto a questão do pagamento das verbas indenizadas, passivo de R\$2.274.848.483,00, conforme relatório de proposta orçamentária - detalhado, para o exercício de 2012.

3. Arquivamento imediato dos procedimentos administrativos instaurados contra servidores em decorrência da greve, por seus atos e manifestações, em cumprimento do acordo levado a efeito no processo de dissídio coletivo n° 10.205854-9.

4. Revisão do plano de cargos e carreiras dos servidores com a readequação das tabelas salariais.

5. Pagamento imediato de direito ou benefício na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão, tais como férias e licença prêmio.

6. Equiparação dos salários de agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário VI), agente de serviço judiciário (auxiliar judiciário I), agente operacional judiciário (auxiliar judiciário II) e agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário III, IV e V) que se encontram ou estiveram em desvio de função.

7. Aumento real de salário.

8. Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das Cipas, com representantes eleitos.

9. Liberação do ponto para atendimento médico no lamspe.

10. Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação, para descanso e prática de ginástica laboral.

11. Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossocial nos prédios de trabalho.

12. Que seja obrigação do TJ fornecer aos servidores banheiros e vestiários (quando necessário) adequados e água potável.

13. Melhoria das condições de segurança dos prédios dos Fóruns.

14. Recuperação do índice de 20% da Taxa Judiciária destinado aos oficiais de justiça para rateio para pagamento das diligências efetuadas nos mandados gratuitos. (PL 11/2010)

15. Formular expediente junto ao TJ-SP para regulamentar, de imediato, as averbações referentes à Licença Prêmio dos Servidores.

16. Equiparação salarial com os trabalhadores da Justiça Federal.

17. Reajuste nos valores dos Auxílios:

a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia com base no valor da passagem da Capital;

b) Auxílio Saúde no valor de R\$ 300,00 para o titular e 50% para os dependentes;

c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC acumulado desde o último reajuste concedido e prorrogativo do prazo de cobertura até os 10 anos de idade, extensivo a todos os servidores.

18. Incorporação do valor correspondente ao auxílio alimentação aos salários dos ativos, aposentados e pensionistas.

19. Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça das OLT, Organização por Local de Trabalho, das comissões de prédios, com a liberação do ponto, sem desconto para os membros eleitos, para realização das reuniões e atividades.

20. Estabelecimento de cronograma de reuniões entre representantes dos servidores e a Comissão de Orçamento para acompanhamento da execução do orçamento anual, e intervenção na elaboração do Orçamento nas questões de interesse do funcionalismo.

21. Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Elaboração de campanha interna por parte do TJ aos Gestores.

22. Licença paternidade de 30 dias.

23. Fim das terceirizações, privatizações de setores e Oficiais de Justiça “Ad Hoc”.

24. Concursos públicos em regime urgência, para o preenchimento imediato dos quinze mil cargos vagos, visando cumprir a recomendação do Tribunal de Justiça de 300 processos por escrevente e de 500 por Oficial de Justiça.

25. Aplicação imediata, pelo Tribunal de Justiça em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se a necessidade de ações judiciais tais como, dentre outros:

a) sexta-parte e quinquênios sobre vencimentos integrais;

b) desvio de função.

26. Criação do cargo de Coordenador nas unidades da administração geral das Comarcas.

27. Adoção das medidas necessárias para garantir o direito ao recebimento de adicional de insalubridade e periculosidade para cargos, funções e atividades, conforme previsto nos requisitos estabelecidos pela legislação trabalhista.

28. Por dedicação especial do Tribunal na aprovação urgente do PLC 49/2009, que estabelece a criação e nomeação dos cargos de assistentes sociais e psicólogos.

29. Estabelecimento, a todos os servidores, de programas de supervisão e capacitação aos assistentes sociais e psicólogos judiciários.

30. Extensão do curso de capacitação e especialização para todos os servidores.

31. Extensão aos Psicólogos da jornada de 30 horas semanais, conquistada pelos Assistentes Sociais, por decisão judicial.

32. Comissões paritárias, com representantes dos trabalhadores e do Tribunal de Justiça, para analisar assuntos que envolvam direitos de servidores, entre outros:

a) para discussão sobre assuntos relativos aos Oficiais de Justiça;

b) para discussão sobre assuntos relativos aos Agentes de Segurança.

33. Fim da livre nomeação para os cargos de chefia. Criação de concursos internos, com critérios objetivos.

34. Fim do “cartório”, cartório que acumula mais de uma vara. Criação dos ofícios necessários para atender as necessidades das respectivas áreas.

35. Participação efetiva da categoria, através de representantes, nas decisões administrativas do Órgão Pleno, com direito à voz.

36. Jornada especial de regime trabalho judicial para oficiais de Justiça.

37. Inclusão de representantes de entidades de comissões de Salário e Finanças e Orçamentos.

38. O pagamento dos plantões judiciais deverá ser feito a quitação desse valor deverá ser pago no mês seguinte ao da realização do plantão. A função de agente administrativo também poderá atuar nos plantões judiciários.

39. Quando houver a realização de serviço que ultrapasse o horário normal do servidor, bem como quando houver a necessidade de locomoção para a realização de trabalho fora da Comarca onde estiver lotado o servidor, deverá ser pago integralmente - e em até cinco dias após o início do trabalho em deslocamento - o valor das respectivas diárias e sem prejuízos dos auxílios correntes assegurados ao servidor. Também nesses casos ocorrerá o compute de horas extras sempre que a jornada do servidor ultrapassar a jornada regular de trabalho do seu respectivo cargo.

40. Suspensão imediata da Avaliação de Desempenho. Criação de Comitê de Trabalho, com a participação de representantes da categoria eleitos em Assembleia, para rediscutir, normatizar e implementar as mudanças necessárias no PCC - Plano de Cargos e Carreiras e Avaliação de Desempenho:

a) Implementação no PCC e AD, de gratificação por títulos acadêmicos de graduação, mestrado e doutorado.

41. Permitir a utilização de horas credoras na compensação de atrasos.”

Lembro ainda àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, especialmente aos servidores que, encerrada a reunião de servidores na Praça João Mendes, a partir das 16 horas, na Assembleia Legislativa, teremos uma audiência pública com servidores do Judiciário para debater formas de fazer o encaminhamento, e a solução desta pauta de reivindicações. Agradeço a atenção de Vossa Excelência.

O SR. WELSON GASPARIINI - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, é uma comunicação e um apelo! Recebi em audiência, numa recente visita, o prefeito da cidade de Serrana. Ele me manifestou, mais uma vez, a estranheza da população daquela cidade diante do fato de, há três anos, se encontrar abandonado, embora esteja em condições de funcionamento, um prédio para hospital. O doutor Marcos Felipe, diretor do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, em contato comigo, apelou-me: “Deputado: consiga do Governo de São Paulo, da Secretaria da Saúde, a doação desse hospital para podermos torná-lo uma extensão do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.”

Já falei isso da tribuna e fiz, até, um apelo explícito, mas não obtive nenhuma resposta. Dizem que cada Secretaria tem um assessor parlamentar. Acredito que seja para saber o que está acontecendo na Assembleia e nos dar esclarecimentos. Fiz o pedido por escrito, fui à tribuna, mas não recebi nenhuma satisfação. Agora voltarei para a minha região, Ribeirão Preto, e o prefeito da cidade de Serrana vai indagar-me: “Então, deputado, este prédio vai continuar abandonado?”

O prédio para um Hospital Regional está pronto e, enquanto isso, a imprensa noticia doentes em postos de saúde, durante 10 a 15 dias esperando vagar leito hospitalar. Todos os leitos dos hospitais de Ribeirão Preto estão lotados enquanto existe um prédio, construído para ser hospital, esperando ser colocado em funcionamento pelo Estado.

Quero dizer, de público, que o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, através de seu diretor, está habilitado a tomar conta desse hospital tão logo seja autorizado pelo Governo do Estado através da Secretaria da Saúde.

Não é possível, senhor presidente, a Saúde do jeito que está. Ouvi depoimento de mãe com criança esperando há 10 dias no posto de saúde para ser internado. E a resposta é: “Não há vaga de leitos nos hospitais.” E aquele hospital, enquanto isto, está entregue às baratas. Há alguma coisa muito errada. Aguardo do assessor parlamentar da área, por favor, informações sobre eventual planejamento porque quero ser o primeiro a anunciar, desta tribuna, as providências que se pensa adotar.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

\* \* \*

- Passa-se ao

## GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência tem a satisfação de anunciar a visita dos alunos da Escola Estadual Ministro Alcindo Bueno de Assis, de Bragança Paulista. Eles se fazem acompanhar dos queridos Professores Cleber da Costa Oliveira e Dirce Dias da Silva Commetti. Os ilustres visitantes são convidados do nobre Deputado Edmir Chedid.

Sejam bem-vindos. Esta Presidência solicita uma salva de palmas aos nossos visitantes. (Palmas.)

Há uma permuta de tempo do nobre Deputado Aldo Demarchi com o nobre Deputado Pedro Tobias.

Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Tobias.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, juventude de Bragança Paulista, Deputado Welson Gasparini, na sexta-feira tenho três cirurgias por realizar e sei das dificuldades. Hoje, todas as Santas Casas estão fechando. Se uma Santa Casa não tem ajuda do prefeito ou do Governo do Estado, ela fecha porque trabalhar só com a tabela do SUS é prejuízo. Sou médico cirurgião. Eu não ganho numa cirurgia, mas também não coloco dinheiro como as Santas Casas. Uma cirurgia de câncer de mama não chega a cem reais. Eu não ponho dinheiro, mas o hospital investe para atender o paciente. Se não melhorar a tabela do SUS, não sei onde vamos parar.

Da verba do SUS, o Governo do Estado teve um déficit de um bilhão e 700 milhões de reais no ano passado. O Ministro Alexandre Padilha nos chamou para conversar, mas eu o chamei de fanfarrão porque as coisas não estão andando. Todos os dias eu vejo as dificuldades de um hospital.

Concordo plenamente com V. Exa. na sua queixa e como Presidente estadual do partido vou cobrar da Secretaria da Saúde no mínimo educação, ou seja, tem de dar uma resposta ao deputado. Basta de um empurrar o problema para o outro. A tabela do SUS é baixa e os hospitais particulares não atendem mais pela tabela SUS. Apenas uma meia dúzia. Na minha região apenas um hospital estadual opera pelo SUS. Lógico, vai demorar, não vai encontrar vaga.

O SR. WELSON GASPARIINI - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Pedro Tobias, a título de fazer economia o Governo cortou verbas do orçamento em algumas áreas, dentre elas a Saúde. Isso é revoltante. Ela deveria corrigir a tabela SUS, que é uma vergonha. As Santas Casas e os hospitais que atendem SUS estão desesperados. É preciso reajustar essa tabela. No entanto, o que aconteceu? O Governo Federal corta do orçamento da Saúde cinco bilhões de reais para economizar.

Ora, vai fazer economia na Saúde?! Para estádo tem dinheiro.

Este Brasil ficou honrado em sediar a Copa do Mundo. São bilhões de reais sendo investidos em campos de futebol, agora para a Saúde corta-se verbas. Isso não tem sentido. Nós precisamos reagir. Mas infelizmente parece que a população brasileira está anestesiada. A gente fala, outros falam, os jornais publicam, mas nada acontece. É triste falar, mas é a verdade.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Mais ainda: o Estado de São Paulo é prejudicado mais uma vez porque se leva em conta o per capita. Por per capita, São Paulo recebe menos que Alagoas, por exemplo. É como no Centrinho de Baur: 30% atende o Estado de São Paulo e 70% são atendimentos a outros estados. Vêm na cota de São Paulo. Isso precisa mudar. São Paulo é discriminado. Cinquenta por cento dos transplantados vêm para São Paulo. Sessenta por cento dos portadores de câncer são tratados em São Paulo. Diga-se de passagem, um tratamento caro. Tem gente que vem de Goiás para pegar remédio de alto custo aqui em São Paulo porque outros estados não compram.

O PT diz que gosta de pobre. Pobre é tratado nas Santas Casas. É de dessa maneira que tratam os pobres? Isso é balela.

É preciso melhorar a tabela do SUS porque quem vai para a Santa Casa não é rico. O rico tem um bom convênio ou vai para o Sírio-Libanês, para o Albert Einstein. A Dona Maria precisa ‘abrir o olho’ para ver quem fala a verdade e quem engana.

Mas hoje venho falar da prévia realizada pelo PSDB. Muita gente achou que não iria dar certo, muita gente achou que o partido sairia dividido. Mas não. Saimos fortalecidos porque exercemos a democracia. Num passado recente era a cúpula do partido que escolhia o candidato. Hoje, é o militante. O voto de qualquer militante tem o mesmo valor do voto do Governador Geraldo Alckmin. Isso é democrático. Hoje, o militante pode falar. A imprensa deu ‘José Serra ganhou com 52 por cento.’ O nosso partido é democrático. No antigo comunismo, todos tinham 90 por cento. Em todo país ditatorial ninguém tem menos de 90 por cento.